

## As cicatrizes: Impactos na vida adulta do abuso sexual infantil

Stéfany Jaqueline Rezende<sup>1</sup>

### Resumo

Os estudos oriundos do abuso sexual infantil têm ganhado uma nova importância nas discussões universais sobre os problemas sociais. Em uma sociedade que enfrenta diferentes tabus sobre o assunto é mister questionar e entender os aspectos e impactos decorrentes dessa violência na vida adulta. Esclarecendo o problema e as consequências trazidas pelo mesmo. Assim, este artigo tem como objetivo discutir o abuso sexual infantil, destacando os estudos sobre as consequências e impactos trazidos pelo mesmo na vida de uma pessoa adulta usando uma metodologia de pesquisas em materiais relacionados a violência sexual e outros.

**Palavras-chave:** Abuso sexual. Violência. Trauma. Consequências.

### Scars: impacts in adult life of child sexual abuse

**Abstract:** *Studies from child sexual abuse have gained a new importance in discussions about universal social problems. In a society that faces different taboos on the subject it is necessary to question and understand the aspects and impacts of this violence in adulthood. Clarifying the problem and the consequences brought by the same. Thus, this article aims to discuss child sexual abuse, highlighting studies on the consequences and impacts brought by the same in the life of an adult using a methodology of research materials relating to sexual and other violence.*

**Key-words:** *Sexual abuse. Violence. Trauma. Consequences.*

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Direito do Centro Universitário de Anápolis - campus Ceres.

## Introdução

Nas últimas décadas, o mundo vem sofrendo diversas transformações tecnológicas e também econômicas que interferem diretamente na viabilização de conquistas para a sociedade em si, mas que não está sendo o bastante para reprimir os grandes problemas sociais que aparentemente apenas aumentam.

Atualmente, o Brasil apresenta uma realidade crítica sobre problemas sociais como a alimentação, saúde, habitação e a desigualdade social. Tais problemas agravam a situação de muitas pessoas até mesmo na interação com outras e muitas das vezes acabam gerando situações piores em se tratando de crianças, transformando a situação em problemas como o trabalho infantil, a agressividade, a mortalidade infantil e também o abuso sexual.

Neste contexto, é possível ver que principalmente sobre o abuso sexual infantil, vários debates têm sido discutidos e o tema ganhou grande repercussão em todo o mundo, mas pela falta de pesquisas sobre o assunto, acaba-se dificultando a amenização dos casos. Este grave problema atinge cada vez mais diferentes grupos sociais, atentando contra a integridade física e mental, a saúde e a própria vida.

Tratando de um assunto tão complexo, onde as principais causas derivam de causas socioeconômicas e histórico-culturais é possível perceber que dentre as primeiras pode-se destacar: o desenvolvimento desigual das diversas regiões brasileiras, a pobreza, a má distribuição de renda, a urbanização e a ineficácia das políticas sociais. Todos esses problemas agravam ainda mais a situação e acabam gerando maiores impactos na vida social das vítimas.

Além do que concerne o abuso sexual infantil, também existem variadas formas de violência que atuam no contexto social e que influenciam diretamente nas fontes para que o mesmo ocorra.

A investigação sistematizada desse assunto, busca a compreensão das mais variadas consequências vinculadas à vida de um indivíduo marcado por um trauma de infância, problematizando a situação de forma mostrar a relevância do assunto para que se possa entender todas as formas de abuso e conseqüentemente analisar uma possível superação do trauma sofrido.

## Breve histórico do abuso sexual

Não é de hoje que os casos de abuso sexual infantil são persistentes na sociedade, mas sim de longa data é notória a existência do domínio do mais forte em cima do mais fraco, principalmente, quando se fala sobre a visão do adulto à criança.

A imagem de um ser frágil é inegavelmente enfatizada pelos agressores sexuais desde os tempos primórdios e, isso acaba evidenciando que essa situação dos abusos sexuais se deram no início independentemente de classe, etnia ou religião.

É possível também observar que nos tempos já passados os métodos que levavam a punição à esses atos eram muito menos existentes, a proteção judicial que se podia fornecer à criança era a mínima, assim, os piores casos provavelmente atravessaram décadas, mas não tiveram tantos registros para comprovar tais violência.

Para melhor compreender a história dessa violência é mister identificar as suas causas nos períodos antigos. Sabe-se por meio de literaturas que na idade antiga, por exemplo, as relações sexuais não exigiam um contrato consensual para serem realizadas livremente e, não existia nenhum questionamento sobre esses atos realizados com crianças, já na Idade média com o fortalecimento do Cristianismo, essa visão começou a mudar totalmente. Infelizmente isto não foi o bastante para abolir tais práticas na sociedade, já que em certos lugares, até os monges tinham relações sexuais com jovens e crianças que iniciavam nessas culturas religiosas. (Ranke-Heinemann,1991)

Essa relação entre o poder social e o sexual percorreu pelos séculos e pode ser vista hoje com os casos extra e intrafamiliares do abuso sexual infantil que é, atualmente, um dos maiores problemas enfrentado pela sociedade.

### Segundo Pfeiffer (2005)

O abuso sexual infantil é considerado, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um dos maiores problemas de saúde pública. Estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que 7-36% das meninas e 3-29% dos meninos sofreram abuso sexual. A sua real prevalência é desconhecida, visto que muitas crianças não revelam o abuso, somente conseguindo falar sobre ele na idade adulta. As estatísticas, portanto, não são dados absolutos. Trabalha-se com um fenômeno que é encoberto por segredo, "um muro de silêncio", do qual fazem parte os familiares, vizinhos e, algumas vezes, os próprios profissionais que atendem as crianças vítimas de violência.

No Brasil, Santos (*et al*, 2004) declara que as primeiras organizações que tem como objetivos a proteção da criança se deram na década de 80. Também foi criado cinco anos depois o Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância – CRAMI, de Campinas (SP). Após estas, muitos outros tipos de organização foram criadas para os estes fins e, mesmos com as grandes dificuldades que o país ainda enfrenta para sanar este problema, muito se evoluiu em questão à punição de agressores sexuais e atenção social à vítima que se manifesta. Por último, a lei 12.015 de 07 de Agosto de 2009, (BRASIL, 2009) DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE E LIBERDADE SEXUAL, foi criada a fim de atuar na defesa da mulher e da criança alterando o Código Penal Brasileiro no que menciona-se os crimes sexuais contra menores de dezoito anos ou pessoas vulneráveis à procedimento de ação penal incondicionada.

### **Sexualidade infantil e a influência à traumas na interferência da regra**

A infância é uma fase extremamente delicada no desenvolvimento humano, cenas e lembranças desse período que todos vivem é frequentemente retornada no pensamento da maioria dos indivíduos. Diante de um cenário exploratório em relação à sexualidade inerente a curiosidade infantil, foi necessária a pesquisa para a compreensão desses comportamentos. Através de métodos da psicanálise, Sigmund Freud, no final do século XIX, fez descobertas significantes em relação à essa sexualidade infantil em questão. Ele descobre que a maioria dos desejos e pensamentos reprimidos refere-se de certa forma aos conflitos decorrentes do desenvolvimento humano em relação à sexualidade e a infância. A partir desta concepção, Freud expõe suas pesquisas com base em cinco fases que apresentam o desenvolvimento psíquico-sexual.

Para melhor se compreender o que seria a sexualidade infantil para Freud é importante entender o que seria a libido, que é identificado como a “energia das pulsões sexuais diretamente ligadas às funções psíquicas”. Assim, as fases apresentadas por Freud relevam sistematicamente o prazer humano nos diferentes períodos do desenvolvimento, mostrando que as funções sexuais existem desde os primeiros anos de vida.

A primeira fase é a Oral estando presente de 0 a 12 meses de vida, nela a criança tem como zona erotizada a região bucal, pois ela sente prazer na amamentação. A segunda fase pode ser observada dos 12/18 meses aos 3 anos, onde a criança passa a ter o controle dos esfíncteres e a zona erotizada passa então a ser o ânus. Dos 3 aos 6 anos de idade, a criança vive a fase fálica, a zona erotizada é o órgão sexual, é nessa fase que ocorrem maiores as explorações e curiosidades das partes do próprio corpo. A masturbação também acontece nesse período, mas apenas decorrente ao prazer sentido pelo ato, sem a malícia ou consciência da ação. A quarta fase é a de latência, refere-se ao período que antecede a puberdade, surgem então os sentidos morais e acontece a amnésia infantil, onde a criança perde um pouco das lembranças dos estágios passados cobrindo parte dos acontecimentos dos seus primeiros anos de vida. A quinta e última fase apresenta-se a partir dos 11 anos de idade, é nessa fase que inicia-se a puberdade onde o indivíduo perde a identidade infantil e começa o período dos impulsos sexuais, o objeto erotizado passa a ser o órgão genital de outro indivíduo.

A literatura psicológica, sobretudo na área da Psicologia do Desenvolvimento, como em tantas outras, tem dado, historicamente, testemunho de que a passagem da infância para a vida adulta é um período de turbulência, perturbações emocionais e a causa de grandes problemas para a família, escola, enfim, para a sociedade em geral. (MACEDO, 2002, p. 155).

Via de regra essas fases que Freud apresenta são seguidas na sociedade, quando uma dessas etapas é alterada por uma interferência sexual ou mesmo social, podem ocorrer os traumas quase que irreversíveis durante o desenvolvimento da criança. O exemplo que se apresenta nesse estudo é baseado no abuso sexual infantil.

### **A violência e suas múltiplas faces**

O abuso sexual, não se traduz apenas em violência, pois muitas vezes acontece até mesmo com o consentimento da vítima, o que não significa uma consciência da criança na realização do ato sexual, já que ela não expressa uma maturidade e racionalidade sobre o assunto. Como dito anteriormente, a criança têm suas fases de desenvolvimento em relação a sexualidade e o comprometimento dessas fases com o abuso sexual é o explicita o grande problema que este artigo apresenta.

Na maioria dos casos, os agressores sexuais são amigos ou membros da família, podendo ser um amigo, um primo, um tio, um vizinho ou em alguns casos, o próprio pai da criança, pois são essas pessoas que possuem uma maior afinidade e aproximação da criança, no caso dessa relação ser intrafamiliar o ato pode ser considerado incesto. Segundo Ballone (2009),

Para o incesto, além de parentes por nascimento podem ser considerados parentes aqueles que se unem ao grupo familiar por adoção ou casamento, tais como enteadas, pais adotivos, irmãos de criação... É considerado incesto, geralmente, a relação entre pais e filhos, entre irmãos ou meio-irmãos, ou entre tios e sobrinhos.

Tudo pode começar apenas com pequenos gestos e toques que podem parecer ao modo de ver da vítima, apenas como gestos de carinho e afeto o que pode evoluir para contato genital-ora, carícias nas áreas genitais, etc.

. Assim, o indivíduo acaba por concretizar o abuso por vários motivos. Um deles pode estar na vontade de poder, quando se tem o intuito de seduzir, persuadir, ameaçar ou violentar fisicamente, onde o indivíduo acaba transformando a criança em seu objeto de desejo e concretiza seus atos.

Esta ação sexual tem por finalidade estimular sexualmente a criança no objetivo do agressor conseguir sua própria satisfação sexual. Esse jogo é apresentado por HABIGZANG; CAMINHA (2004, p.25):

Todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por finalidade estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter estimulação sexual. Essas práticas eróticas e sexuais são impostas às crianças ou aos adolescentes por violência física, ameaça ou indução de sua vontade. Pode variar desde atos que não exijam contato físico, mas que envolvam o corpo.

Assim, a criança pode ser violentada de diferentes formas, distinguindo a violência com o contato físico da violência sem o contato físico. A primeira pode ser dividida em dois ângulos: o abuso sexual com penetração com o intercuro vaginal ou anal e/ou objetos; e o abuso sexual sem penetração que envolve o sexo oral, a masturbação, e intercuro interfemoral. Já a segunda, a violência sem o contato físico, envolve a utilização de imagens pornográficas, a realização de conversas obscenas com a criança, o exibicionismo e também *voyeurismo*.

No que diz respeito ao Art.5º da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990,

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir de sua implementação, visa a obrigatoriedade de notificação de toda e qualquer violência com os mesmos, mas ainda assim, a omissão de relatos de abusos sexuais é cada vez mais frequente.

## **A OMISSÃO DO ABUSO**

A ingenuidade da criança faz com que ela seja incapaz de perceber a situação da qual está sendo promovida. Além disso, quando a criança possui um vínculo afetivo com o agressor, existe uma confiança inerente a criança no adulto, facilitando os abusos.

Nestes casos, tardiamente a vítima começa a expressar uma insegurança, dúvidas sobre o que está acontecendo, Quando esta insegurança começar a ser notada pelo agressor, ele promove uma inversão de papéis à vítima, impondo que ela aceite seus “carinhos”. Só depois quando a criança começa a entender sobre o abuso do que está sendo imposta, tende a silenciar-se frente à culpa, à vergonha e ao medo. Por este motivo, a maioria dessas crianças chegam à sua fase adulta sem nunca ter relatado o acontecido.

A culpa é fruto de uma situação de permissão do ato sexual, é quando a criança sente que teve prazer com aquelas relações e quando percebe que aquilo não era o certo, sente-se culpada pelo ocorrido. Já a vergonha parte do pressuposto em que chega a fase de tangência formulada por Freud, onde a criança sente-se enojada por seu corpo e aos atos ao qual foi submetida, cabe também a vergonha de se aproximar do abusador quando em alguns casos ele ainda continua em seu âmbito social. O medo excessivo do agressor também eleva as questões da omissão, principalmente nos casos em que há ameaças verbais do agressor à criança.

Além desses quesitos abordados Furniss (1993), enumera outros fatores que levam a entender a omissão,

[...] a falta de evidências médicas e de elementos para comprovar o abuso sexual infantil, a necessidade de acusação verbal por parte da criança, a falta de credibilidade ao menor, as consequências da revelação, ameaças físicas e psicológicas, distorção da realidade, medo de punição pela ação que participou, a culpa da criança, a negação e a dissociação.

Como é possível perceber, esses pontos são os grandes responsáveis pelo silêncio da vítima. É por este motivo que é de suma importância que qualquer mudança no comportamento social e individual de uma criança seja analisada pelos membros da família.

## **TRAUMAS E CONSEQUÊNCIAS**

De fato, em grande parte dos casos descobertos de abusos sexuais intrafamiliares, a criança não é afastada do agressor mesmo depois de ter sido revelado os fatos, a realidade é que nestes casos, as consequências que poderão ocorrer como a desestruturação familiar, acaba levando os outros integrantes da família à ignorar os fatos e seguir normalmente com seu funcionamento considerando a incredulidade no que se diz respeito à narração da vítima.

O impacto no desenvolvimento da criança dependerá de diferentes fatores, incluindo o âmbito social em que vive, sua personalidade individual, o tipo de abuso que sofreu e também com que idade ocorreu o fato, a duração e a frequência do mesmo. Todos estes fatores influenciarão diretamente no comportamento físico e social no desenvolvimento da criança. No que visa a Constituição Federal:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É importante ressaltar que além da Constituição Federal, o Código Penal também traz a proteção à liberdade sexual e a dignidade humana, mas de qualquer modo, mesmo com as leis que visam a proteção à crianças e adolescentes, a realidade se mostra totalmente em uma estrutura vinculada à ignorância, onde poucos casos são realmente punidos pela falta de denúncia.

No que concerne ao abuso sexual em crianças pode-se perceber a dura realidade vivida por elas após seu desenvolvimento, esta violência promove no indivíduo consequências a curto e a longo prazo no que se diz respeito à relação afetiva, problemas cognitivos e problemas sociais com diferentes intensidades e formas dependendo de cada caso. De acordo com Sanderson (et al, *apud* COGO, 2011, p.132): “estudos apontam que quanto mais frequente e prolongado o abuso sexual na criança, maiores serão os impactos e as probabilidades da criança ficar traumatizada”.

Sendo consequências definidas como a curto prazo, a criança pode ter problemas físicos que envolverão pesadelos, problemas para dormir e mudança de hábitos alimentares; problemas comportamentais, tendo condutas suicidas, auto-flagelação e hiperatividade; problemas emocionais, onde a criança sentirá medo, ansiedade, depressão, isolamento e baixa-estima; e problemas sexuais, que consistem na masturbação compulsiva, no conhecimento sexual precoce e problemas de identidade sexual. Já nas consequências a longo prazo, o indivíduo pode apresentar problemas comportamentais tentando suicídio, consumindo drogas e apresentando transtornos de identidade. Também pode ter dificuldades de vínculo afetivo, sentir-se isolada e problemas de relação interpessoal, além de sofrer com depressão, submissão, ansiedade e dificuldade para expressar sentimentos e, também pode ocorrer da vítima ter um comportamento sexual compulsivo.

O abuso sexual deve ser considerado um fator predisponente a sintomas posteriores, como fobias, ansiedades e depressão, bem como envolvimento de um transtorno dissociativo de identidade, também conhecido como transtorno de personalidade múltipla com possibilidade de comportamento autodestrutivo e suicida. (FEIFFER; SALVAGNI, 2005, p.203).

Além de tudo isso, muitas outras consequências podem se apresentar nas pessoas que sofreram algum tipo de abuso na infância, após adulto, o indivíduo provavelmente voltará à experiência em sonhos e *flashbacks*, revivendo dolorosamente a frustração passada, fazendo com que isso afete integralmente sua vida social.

O adulto provavelmente também sofrerá de problemas com a transformação da imagem corporal, ou seja, sendo uma pessoa que já passou por algum tipo de violência sexual na infância e que de alguma forma teve seu corpo desejado e dominado por alguém, passa a querer ter sua própria imagem corporal totalmente fora dos padrões que interpreta como beleza para poder torna-se ignorado por outros possíveis interesses. Este tipo de comportamento acontece devido às emoções e sentimentos humanos que estão diretamente ligados ao corpo. Schilder (1950 *apud* ERTHAL 1989, p.60) afirma que, “a topografia do modelo postural do corpo será a base de atividades emocionais. Nossas emoções e ações são inseparáveis da imagem corporal”.

Uma situação de abuso sexual se torna ainda mais agravante no adulto, porque na maioria desses casos não houve um relato sobre o acontecido na época do fato, tornando a pessoa mais reservada.

A existência desses traumas acima descritos releva a importância de um tratamento ao indivíduo que tenha passado por qualquer tipo de abuso, mesmo que este fato tenha sido questionado após muito tempo é necessário a busca de profissionais que possam ajudar a vítima e ainda mais necessários que esses profissionais estejam preparados para auxiliar no comportamento social e individual dessas pessoas.

O preparo do terapeuta e demais profissionais de outras áreas e o treinamento destes, são fundamentais na identificação dos sintomas da criança “sintomas específicos do abuso sexual, como o dano onogenital, as DST ou evidências de fluidos seminais, em geral não são observados e raramente estão presentes no momento da revelação da criança.” (DATTÍLIO& FREEMAN, 1995, p.234).

Ainda nesse contexto, percebe-se que quando não há um acompanhamento judicial do ocorrido, o indivíduo tende a cultivar uma angústia de não ter se expressado quando deveria e acaba sofrendo mais ainda com a situação e a deixa transpassar em suas ações e atitudes no âmbito social, principalmente porque não teve o acompanhamento específico no seu caso.

Outro agravante dessa situação é evidenciado pelo fato da maioria das vítimas de abuso sexual, quando adultas passam da fase passiva para a ativa, onde perpetuam o mesmo crime em seus filhos ou crianças próximas.

As lesões emocionais em um adulto ou mesmo em crianças que não tenham sofrido um abuso com contato físico, não são possíveis de serem analisadas com laudos médicos, assim, se torna quase impossível tratar em meios legais, já que não existem marcas físicas, não há como punir o abusador de acordo com os critérios explícitos no Código Penal.

A falta ou inconclusão do ato pericial legal faz com que, em muitos casos, não se não se consiga a culpa do abusador e, com isso, a proteção da vítima, a qual permanece muitas vezes sob o mesmo teto e com a mesma dependência, com a violência então potencializada pela falta de punibilidade após o ato criminoso ser delatado. (FEIFFER; SALVAGNI, 2005, p.201).

É bem verdade, que o sofrimento passado por este indivíduo proporcionou em sua vida consequências incalculáveis, como pode ser interpretado por Alberton (2005, p. 122),

(...)  
 Lembranças de minha infância  
 Que eu não queria lembrar!  
 Lamentos já tão distantes,  
 Qu'eu não posso suportar!  
 (...)  
 Quem disse que a meninice é tempo de se cantar?  
 Correr, pular, sonhar e brincar?

Nos versos acima, é possível entender um pouco sobre o pensamento de um indivíduo que sofreu algum trauma na infância. O mesmo não consegue encontrar motivos para sorrir diante das lembranças do passado, sofre amargamente com as marcas psicológicas deixadas pelo abusador e, constrói para si, um mundo de isolamento e mágoa.

É notório que as maiorias das pessoas possuem lembranças de uma infância alegre e despreocupada e mesmo com alguns transtornos sofridos, são lembranças que levam ao desejo de voltar no tempo para viver novamente cada momento mais intensamente, entretanto, muitos adultos trazem da infância estas lembranças dolorosas, marcadas por momentos de sofrimento decorrentes do abuso infantil.

## Considerações finais

Diante do observado, os impactos do abuso sexual infantil nunca poderão ser totalmente esclarecidos e, pouco se avançou no sentido de prevenir essa violência. De qualquer modo, a sociedade precisa conhecer as faces de tal crime, só assim poderá entender o sofrimento de indivíduos que já passaram por abuso sexual e buscar um conforto como uma possível resolução, ou pelo menos uma amenização dos casos.

A vida é um contexto triste para muitas pessoas que sofreram isto na infância, a luta angustiante pela "cura", é expressa em suas próprias relações sociais e afetivas. Então, é necessário escutá-las mais para ajudá-las, buscando encontrar a saída desses pensamentos frustrantes. Deve-se buscar o conhecimento para poder ajudar a quem precisa, pois os mesmos sofrem calados e merecem algo de melhor em suas vidas do que apenas compaixão.

Pode-se também considerar que é necessário tratar da particularidade de cada caso, pois cada um pode ter seus tipos de necessidades a tratar, de qualquer modo, o que o indivíduo passa a necessitar em toda a sua vida é de uma atenção especial e continuada que focará no restabelecimento da confiança e na forma de organizar seus pensamentos e a enfrentar a dor.

Assim, este trabalho apresentou que para todos aqueles que sofrem de algum trauma, existe algo que se chama "superção" e é nesta palavra que essas vítimas precisam focar. Desenvolver a capacidade de superar um trauma pode ser alcançado com o tempo, com a ajuda adequada, essa barreira física e social pode finalmente ser superada na vida dessas pessoas. O importante é entender que o crescimento e o desenvolvimento humano, não são consolidados apenas por bons momentos vividos, e sim das mais variadas experiências que se apresentaram ao longo da vida.

## Referências Bibliográficas

- ALBERTON, M. S. Violação da infância: **crimes abomináveis: humilham, machucam, torturam e matam!** Porto Alegre: AGE, 2005.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- Ballone GJ - *Incesto*, in. **PsiquWeb**. Disponível em [www.psiqweb.med.br](http://www.psiqweb.med.br), 2009. Acesso em 10 out.2012.
- BASS, Ellen; THORNTON, Louise (Org.). **Nunca contei a ninguém**. São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1985.
- BRASIL. **Lei 12.015 de 07 de Agosto de 2009**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm). Acessado em 13 de Out de 2012.
- BUBENECK, Celso. **Prostituição, a mais longa história**. Revista Jurídica Consulex –Ano VIII, n. 177, p. 31, maio 2004.
- COGO, Karine Suély. **Consequências psicológicas do abuso sexual infantil**. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, 2011.
- COHEN, Cláudio. O incesto. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- DATÍLIO, F.M & FREEMAN, A. **Estratégia Cognitivo-Comportamentais para Intervenção em Crises**. ((Volume II),Campinas:Editorial Psy, 1995
- DREZETT, J. **Aspectos biopsicossociais da violência sexual**. Jornal da Rede Pública, 2000.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.
- FIGUEIREDO, M. G. **Pedofilia: aspectos psicossociais e significações**. Caderno Neder. Governador Valadares, vol. 01, p. 05, set. 2009
- FREUD, Sigmund. **Três Ensaio para uma Teoria Sexual**. [S.l]: Delta, 1905.
- FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1993.
- HABIGZANG, L.F.; CAMINHA, R.M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- LUCÂNIA, E. R. et al. **Projeto acolher: caracterização de pacientes e relato do atendimento psicológico a pessoas sexualmente vitimadas**. Temas em Psicologia. São José do Rio Preto, vol. 16, 2008.

OLIVEIRA, Carla. **Abuso sexual contra crianças.** Disponível em: [http://www.clicfilhos.com.br/ler/76abuso\\_sexual\\_contra\\_crian%C3%A7as](http://www.clicfilhos.com.br/ler/76abuso_sexual_contra_crian%C3%A7as): acesso em: 19 out.2012.

PECHORRO, P. S. **Caracterização psicológica de uma amostra forense de abusadores sexuais.** *Análise Psicológica*. Lisboa, vol. 26, out. 2008.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência.** Rio de Janeiro: *Jornal de Pediatria*, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf>. Acesso em 23. Out.2012.

Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.** Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 21 out. 2012.

Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

RANKE-HEINEMANN , U. **Eunuchs for the kingdom of heaven: Women, sexuality, and the Catholic Church.** New York : Penguin Books, 1991.

SANTOS, B. C., *et all.* **Maus-tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes:** Uma abordagem multidisciplinar. São Leopoldo: Contexto Gráfica e Editora, 1998.

SCHILDER, P. *The image and appearance of th human body.* Nova Iorque, Internacional University Press, Inc, 1950 apud ERTHAL, Tereza Cristina Saldanha. **Terapia vivencial: uma abordagem existencial em psicoterapia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1989, p.60.

SCHMICKLER, Catarina Maria. **O protagonista do abuso sexual:** sua lógica e estratégias. Chapecó: Argos, 2006.

ZAVARONI, D. M. L.; VIANA T. C.; CELES L. A. M. (2007). Estudos de psicologia. **A constituição do infantil na obra de Freud.** *Natal* v.12 n.1, Janeiro- abril 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v12n1/a08v12n1.pdf>. Acesso em 17 out. 2012.